

Amazônia: o governo diz não aos intelectuais.

O governo brasileiro decidiu ontem ignorar o abaixo-assinado de intelectuais e artistas latino-americanos protestando contra a destruição da Amazônia. No documento, endereçado ao presidente Sarney, os intelectuais — entre eles os escritores Mário Vargas Llosa, Gabriel García Márquez e Carlos Fuentes — propõem que os crimes ecológicos cometidos na Amazônia sejam julgados por um tribunal internacional. O abaixo-assinado foi entregue na embaixada do Brasil na Cidade do México. Seu teor foi considerado "insultuoso e desrespeitoso", segundo declarações do porta-voz da chancelaria, Ruy Nogueira.

O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, também foi contrário à proposta dos intelectuais, dizendo que ela é inaceitável. "Não existe um só réu nesta questão. Se tiver que se julgar um, que todos os outros responsáveis por crimes ecológicos também sejam julgados." Oficialmente, o governo brasileiro prefere não responder a proposta dos intelectuais e orientou a embaixada do México a devolver o documento para os seus remetentes.

Além de insultar e desrespeitar, o mundo também anda dizendo mentiras e agredindo o Brasil — na opinião de Fernan-

do César Mesquita, presidente do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. As mentiras começaram quando a Amazônia é chamada de o "pulmão do mundo", disse Mesquita em Roma, num encontro organizado pela embaixada brasileira com a imprensa internacional.

— Esta é uma grande mentira que ninguém nunca confirmou. Ela foi inventada por um jornalista que, ao ouvir o cientista Herald Sirole dizer que a Amazônia produzia "um grande armazém de gás carbônico", traduziu a informação por "a Amazônia é um grande depósito de oxigênio".

Mesquita afirmou que considera "uma verdadeira agressão à nossa soberania nacional o que se vem declarando na Europa sobre a situação da Amazônia". E não admitiu que a suspensão de empréstimo pelo Banco Mundial se deva a agressões ecológicas à Amazônia: "O empréstimo à Eletrobrás foi suspenso porque ela se associou à Nuclebrás. E o Bird não tem negócios com empresas de energia nuclear".

Anúncio

O governo brasileiro também protestou ontem junto ao governo francês contra a publicação, em jornais de Paris, de um

anúncio assinado por 24 países, entre eles supostamente o Brasil, onde se afirmava que estas nações estariam prontas "a delegar uma parcela de sua soberania nacional para o bem comum da humanidade inteira". Pago pelo governo da França e publicado segunda-feira pelo "Figaro", "Le Monde" e "Libération", o anúncio referia-se à Declaração de Haia sobre meio ambiente e defendia a "criação de uma entidade dotada de verdadeiros poderes de decisão e de execução para salvar a atmosfera".

Em nota remetida à embaixada da França, o Itamaraty disse ter visto "com grande perplexidade" a inclusão de um estranho texto introdutório à Declaração de Haia. "Como não ignora essa Embaixada, o governo brasileiro é frontalmente contrário ao sentido do texto introduzido no anúncio oficial à guisa de apresentação da Declaração", afirma. Assinala que foi justamente o fato de a versão final da Declaração de Haia "não contemplar referências como as que se lhe procura atribuir que possibilitou ao governo brasileiro assiná-la".

Números menores

"Os países industrializados estão agredindo mais as florestas que os países em desenvolvimento. A Amazônia, por exemplo,

foi desmatada para atividades produtivas, mas ela não está sendo afetada por chuvas ácidas." Este comentário foi feito ontem, em São José dos Campos, pelo diretor do Departamento de Sensoriamento Remoto do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), Roberto Pereira da Cunha. Ele anunciou que o presidente José Sarney já recebeu um estudo sobre o nível de desmatamento na Amazônia levantado através de imagens de satélites.

Sarney lançará amanhã o programa "Nossa Natureza", divulgando oficialmente os dados da devastação. O presidente enfatizará que "apenas 5% da Amazônia" estão sem a cobertura florestal, contrariando dados divulgados nos últimos meses por organismos internacionais. Alguns afirmam que a devastação já atingiu 15%. Esses 5% correspondem a uma área de aproximadamente 250 mil quilômetros quadrados, do tamanho do Estado de São Paulo e um pouco superior à toda Grã-Bretanha. Essa área indica que a devastação da região triplicou nos últimos dez anos: em 1979, a região tinha perdido apenas 1,5% de sua cobertura vegetal.

As áreas mais devastadas estão no sul de Mato Grosso, sul do Pará, Tocantins e parte do Maranhão. Rondônia também é

uma área crítica. Roberto Cunha disse também que apenas o Inpe tem dados completos sobre a devastação na região, ao contrário de outras agências internacionais, "que nunca fizeram uma aquisição de imagens para apurar honestamente o que vem ocorrendo na Amazônia — nem mesmo o Banco Mundial, que dispõe apenas de dados isolados".

No estudo que o presidente Sarney divulgará amanhã, as imagens de satélite cobriram uma área de 5.033.072 km², que representa 59,1% do território nacional. O estudo consta de 243 imagens de satélites, cada uma observando 185 km por 185 km — uma área de 33 mil km² — da Amazônia. Foi feita uma tabela retrospectiva de imagens desde 1975 até janeiro deste ano, cobrindo nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia, todos integralmente dentro da floresta amazônica e parcialmente áreas do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. O estudo também redefiniu a região. Segundo Roberto Cunha, "a Amazônia é menor do que se pensava, pois ela abrange uma área de 4.906.784 km², ao contrário do que se imaginava inicialmente, de que a região tinha mais de 5 milhões de km²".